

**EDUCAÇÃO TURÍSTICA MUNICIPAL:
alternativa estratégica para o planejamento turístico local**

**Sandra Aparecida de Paula e Souza
Francisco Antônio dos Anjos**

Resumo

A presente pesquisa analisou a estruturação do sistema educacional vigente no município de Bituruna, no Estado do Paraná, objetivando o desenvolvimento de pressupostos de educação turística para municípios com potencialidade nesse segmento. Para alcançar tal objetivo foram realizados os seguintes procedimentos: estudo de propostas de educação turística desenvolvidas no Brasil; realização de uma oficina pedagógica com professoras do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Séries do município Bituruna-PR; pesquisa documental para conhecer a estruturação curricular do município com seus pressupostos teóricos e os objetivos do Ensino Fundamental. A pesquisa possibilitou delinear a construção de pressupostos para a educação turística municipal, a saber: educar turisticamente os atores locais, planejar turisticamente o local, construir a legislação turística, compreender sistema educacional de municípios. Tais pressupostos se apresentam como alternativas estratégicas para o planejamento e o desenvolvimento do turismo local.

Palavras-chave: Turismo. Educação Turística. Planejamento Turístico.

Introdução

O Turismo, como um fenômeno sociológico, aparece como uma temática de interesse em várias investigações, evidenciando assim, a importância de estudos mais aprofundados nas reflexões de educação e turismo. Uma das alternativas plausíveis para que um município possa desenvolver-se economicamente, talvez seja a inserção da educação turística, na medida em que apresente potencialidade nesse segmento.

A partir desse aspecto, concentramo-nos, inicialmente, na Educação Turística como um instrumento para corroborar no desenvolvimento do turismo. Para tanto, tem-se, indiscutivelmente, a necessidade da estruturação de propostas pedagógicas nas escolas municipais que ofertem o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries. Essas propostas são instrumentalizadas na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/06, a qual evidencia caber à educação a concretização das mudanças impostas na sociedade.

Essa necessidade aponta que, independente da pesquisa realizada, tem-se no ensino a concretização do desafio imposto pela sociedade, e o turismo incorpora-se como instrumento importante na construção do novo conhecimento, pois “o desenvolvimento da educação em turismo, nas últimas décadas, tem passado por uma transição de foco e importância” (COOPER, SHEPHERD, WESTLAKE, 2001, p. 29).

Ao se definir a educação turística como uma alternativa para o desenvolvimento do turismo em municípios com potencialidade, julga-se, nesse caso, que os residentes podem contribuir de várias maneiras, inclusive, em favor da conservação dos recursos naturais e culturais do local.

O turismo como atividade de desenvolvimento econômico, pode estimular a manutenção da identidade local, contudo pressupõe ser indispensável o envolvimento de todos os segmentos que compõem a comunidade dos municípios, proporcionando-lhe o fomento da economia, pela preservação do patrimônio existente (SIMÃO, 2001).

Para a estruturação da temática educação turística municipal como alternativa estratégica para o planejamento da atividade turística localmente, buscaram-se pressupostos sugeridos a partir de estudos comparativos de propostas brasileiras e pelos participantes de uma Oficina Pedagógica com professores do Ensino Fundamental do município de Bituruna-PR, particularmente das séries iniciais (1^a. a 4^a. séries) do Ensino Fundamental, em que particularmente se desenvolvem conceitos fundamentais para toda a formação do estudante.

Assim foi possível desenvolver os levantamentos e as estratégias para a educação turística em municípios que apresentam potencialidade para o desenvolvimento do turismo. Dessa forma, 4 pressupostos foram os elencados: educar turisticamente os atores sociais; planejar turisticamente o local; desenvolver a legislação turística; e o sistema educacional de município deverá incluir o poder público, a comunidade e os educadores do Ensino Fundamental.

Pressupostos para o sistema educacional no município

Objetivando o estabelecimento de pressupostos para a educação turística municipal como uma alternativa estratégica para o planejamento e desenvolvimento do turismo local foi possível propor as sugestões, de acordo com a Oficina e com a metodologia que permitiu às participantes pensarem sobre a inserção do turismo em sua prática pedagógica, e, sobretudo, instrumentalizou a estruturação de 4 pressuposições para a construção do conhecimento.

Além das proposições sugeridas pelas professoras participantes da Oficina Pedagógica, conforme a (Figura 1) cabe-nos evidenciar Rebelo (1998, p. 28) ao afirmar que a “base metodológica das possibilidades de intervenção educativa para a melhoria

VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP
do turismo está sendo mais variada possível”. Perante esses pressupostos, torna-se importante a compreensão das estratégias sugeridas em municípios que possuam elementos que possibilitem o desenvolvimento econômico, para isso é salutar a compreensão das seguintes proposições:



Figura1: Pressupostos para a educação turística municipal
Fonte: Elaborado pela autora (2008)

• **Educar turisticamente os atores locais**

Tendo como princípio a necessidade de educar turisticamente os atores locais, observa-se que no quesito estratégias a serem adotadas torna-se indispensável, inicialmente, a elaboração de programas de conscientização turística.

Segundo Rebelo (1998), a conscientização da população para o turismo implica sua inserção, e, sobretudo, seu papel e comprometimento com o desenvolvimento da atividade turística no local. Conscientizar para a educação turística pressupõe a possibilidade de proporcionar que a educação para o turismo da comunidade local contribua significativamente para o desenvolvimento municipal (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003).

Partindo do pressuposto da inserção de programas de educação turística em municípios com potencialidade em elementos para o turismo, tem-se, em contrapartida, a necessidade de despertar a importância para a conservação dos recursos naturais e culturais do local. No processo de conservação dos elementos naturais e culturais, cabe-nos evidenciar Simão (2001, p. 15), ao registrar que, indiscutivelmente, para consolidação da conservação, revela-se o mesmo respeito com a “preservação dos valores culturais e ambientais caracteriza-se, crescentemente, como uma tendência da atualidade”. Isso significa que, sobretudo nos dias atuais, é de grande relevância elucidar a compreensão do passado, e construir sobremaneira o fomento do turismo no futuro.

No âmbito da conservação e preservação dos recursos inerentes ao desenvolvimento do turismo, tem-se na elaboração de políticas da preservação e legislação dos recursos turísticos no local uma alternativa viável, justificando, na verdade, uma função essencial no que tange às intervenções essenciais para o planejamento e desenvolvimento do turismo.

Esse tipo de intervenção parte do pressuposto de que “é preciso mostrar que, mediante políticas precisas e eficientes, deve ocorrer o processo de mudança em favor do desenvolvimento social e econômico” (BEZERRA, 2003, p.4). Nesse sentido, a viabilização do desenvolvimento local por meio do turismo pode constituir uma alternativa estratégica e deve ser reconhecida pelo poder público, o qual tem como incumbência a elaboração de políticas eficientes.

A elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo pode ser assegurada, principalmente, pela mobilização da sociedade, grupos de interesse para o desenvolvimento de projetos, “pois esses grupos precisam coordenar perfeitamente seus esforços e programas rumo à conquista de metas comuns” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003), em prol do desenvolvimento responsável do turismo local. Pode-se entender, nesse momento, segundo Alexandre (2003, p.9), que “é preciso que as ações sejam congregadas com o intuito de propor estratégias, com objetivos claros e concisos”, e contribuam positivamente com o fomento da atividade turística, e, ainda, apresente-se como uma alternativa viável localmente.

Diante disso, o desafio consiste na realização de campanhas e incentivo à participação em programas de qualidade do setor empresarial e todos os profissionais. Nesse sentido, o envolvimento dos agentes locais, das esferas pública ou privada, vincula-se diretamente a uma alternativa precisa que colabore para a atuação com eficácia no setor. E, sobre as bases da satisfação dos turistas, de um modo geral, observa-se, segundo Anjos e Abreu (2004, p. 120), que as “organizações que buscam o aperfeiçoamento da qualidade, redefinindo processos, aumentando a satisfação do cliente”, garantindo, dessa forma, o desenvolvimento uniforme da atividade turística do local.

A realização de campanhas e programas para os envolvidos com o turismo local, apresenta-se como um fator aglutinador, podendo cumprir com a consolidação, realização e Organização de Seminários e Conferências sobre os benefícios do turismo.

Organizar eventos relacionados ao turismo é, com frequência uma abordagem eficaz para despertar a consciência dos funcionários públicos e dos líderes comunitários (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003). Nesse contexto, torna-se imprescindível a compreensão de todo o espectro de nuances, tanto na elaboração como na execução de eventos turísticos que objetivem sensibilizar a sociedade local. Dessa maneira, tem-se nos eventos uma possibilidade de oportunizar à comunidade local participar efetivamente na sua organização e realização, tendo em vista que esse segmento pode gerar renda para os envolvidos.

- **Planejar turisticamente o local**

Nesse pressuposto, no que se refere à estruturação de uma equipe multidisciplinar para a elaboração dos objetivos do planejamento turístico; processo que deve, segundo Anjos (2004, p. 128), “promover o bem coletivo entre as partes interessadas no desenvolvimento turístico em busca de resultados comuns”, tendo em vista, independente da ótica em que é observado, é notório pensar na busca da conciliação do desenvolvimento sustentável por meio do turismo.

Partindo desse raciocínio, defende-se ser imprescindível a mobilização dos residentes, líderes e autoridades do local para a elaboração dos objetivos; tendo como meta principal a promoção do desenvolvimento econômico, e no pensar de Beni (2003, p. 144), “a criação de novos empregos, bem como buscar o desenvolvimento sustentável” para os municípios que sejam detentores de potencialidade nesse segmento. Nesse ínterim, no pensar de Anjos (2004, p.127), os envolvidos com o planejamento, devem agir “sobre processos sociais, físicos, econômicos e políticos, procurando conduzir a sociedade aos objetivos desejados”, ou ainda, assegurar sua participação no processo do desenvolvimento, para que a estratégia adotada atinja os objetivos estabelecidos.

Tendo como premissa a elaboração dos objetivos para o planejamento do turismo local e ao se tratar nas dimensões estratégicas a serem adotadas, é preciso considerar, em primeiro lugar, o levantamento dos elementos turísticos naturais e construídos, fazendo-se necessário, notadamente a partir de então a classificação e avaliação de atrativos potenciais relacionados ao patrimônio histórico e cultural, características responsáveis como uma das bases do desenvolvimento turístico local. Nessa linha de observação, pode ser muito importante a identificação de áreas locais que podem apresentar potencial, sendo necessários diversos estudos durante o planejamento deles. O planejamento dos atrativos turísticos é executado de uma maneira sistemática, aplicando-se certos princípios (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003).

Em termos de levantamento, classificação e avaliação dos elementos naturais, históricos e culturais potenciais do local, pode-se indicar duas medidas a serem praticadas. A primeira refere-se à avaliação de alterações que afetam as estruturas espaciais e ecológicas do local. Confirmando as expectativas do planejamento turístico municipal, nesse viés, a estruturação para a avaliação das estruturas espaciais e ecológicas deve incluir, sobretudo, a melhora da qualidade ambiental do local, sendo

indispensável o controle da poluição do ar e o congestionamento de trânsito e promovendo um “meio ambiente limpo [...] em áreas locais que ofereçam ambientes naturais ecologicamente interessantes (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003, p.56).

Nessa temática, cabe-nos destacar Ruschmann (2003, p. 58), ao evidenciar que os danos ao meio ambiente podem caracterizar-se pela poluição, destruição da paisagem natural e de áreas agropastoris, destruição da fauna e da flora, degradação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos, do congestionamento, conflitos e competitividade.

Em segundo lugar, sugere-se a avaliação das alterações dos setores econômico e social. Nesse tópico, Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 288) mencionam que além dos benefícios resultantes do turismo para a localidade, ele ainda pode criar prejuízos. Levando-se em consideração os benefícios do setor, deve-se levar em consideração que as “despesas turísticas injetadas na economia produzem efeito multiplicador de renda para a população local. Isso acontece devido à diversidade de despesas feitas por aqueles que recebem os pagamentos dos turistas [...] cria uma renda local adicional”.

Como diz Ruschmann (2003), a atividade turística tem contribuído na criação de renda, e, sobretudo, de empregos naqueles locais que apresentam debilitação no desenvolvimento econômico.

Com base nas duas medidas sugeridas para o planejamento do turismo local, outro enfoque deve ser percebido, como por exemplo, a definição de planos e estratégias para a execução do desenvolvimento turístico. Sabendo-se que planejar o turismo conota um processo, para Catramby e Sá (2003), geralmente isso se dá pelo fato de que a garantia da execução dos projetos definidos para o desenvolvimento do turismo local torna-se imperativo, sendo necessário elaborar estrategicamente um plano que permita gerir o turismo municipal.

Nesse contexto, ainda, evidencia-se, como diz Ruschmann (2003), que a grande problemática dos planos de desenvolvimento do turismo consiste na falta da interação com os programas estabelecidos, como, por exemplo, as propostas sociais, econômicas e físicas do local.

A discussão, de certa forma, também transmite que além do estabelecimento dos planos para o desenvolvimento do turismo, acresce um grande desafio para com a monitoria e avaliação do processo do planejamento turístico adotado. Observando-se a adoção do monitoramento, é fundamental destacarmos Anjos (2004, p. 128), ao afirmar que “esta ação pode ser realizada através de auditorias, que auxiliam o planejador na identificação de interesses e valores de grupos e indivíduos, interessados no processo”, tendo em vista que monitorar torna-se uma estratégia essencial à avaliação do processo do planejamento estratégico, e, sobretudo, sustentável.

• Legislação turística

No caso do desenvolvimento do turismo, é necessário o estabelecimento da legislação que norteará, portanto, sua estrutura. Em primeiro lugar, cumpre referenciar esforços no sentido do estabelecimento das intenções e ações do poder público para o desenvolvimento turístico. Em segundo plano, um dos principais vetores responsáveis pelo desenvolvimento turístico diz respeito à definição dos princípios fundamentais e sustentáveis para a manutenção da política adotada, bem como estabelecer as prioridades para o desenvolvimento do turismo, por meio da elaboração de um plano para a estruturação da política a ser definida. Vale destacar aqui, conforme Beni (2003), que o estabelecimento da hierarquia de prioridades, no tocante ao planejamento do segmento turístico, configura-se em uma estratégia, ou ainda, na medida desejada, para a obtenção do desenvolvimento turístico do local. É preciso lembrar, que ao se tratar da elaboração das prioridades do desenvolvimento econômico, os órgãos responsáveis ainda não consideram o turismo como uma das alternativas viáveis da política de desenvolvimento.

Em suma, como nos deixa claro, e, sobretudo, evidencia o planejamento do turismo, é muito importante referenciar Anjos (2004, p. 129), ao enfatizar que o planejamento turístico, quando se tem por base uma ação relacional “entre os diferentes níveis e diferentes elementos do sistema, de natureza mais colaborativa, e da análise sistêmica oferece ao planejador os recursos necessários para realizar adaptações e mudanças adequadas num ambiente global”.

Nesse sentido, cabe afirmar que o estabelecimento dos objetivos deve levar em consideração o planejamento sistêmico, uma vez que todos os envolvidos nesse processo podem corroborar, além de integrar o sistema turístico. Agregam-se a isso, ainda, duas estratégias que podem assumir a forma de um vetor do planejamento, o qual deve considerar dois aspectos relacionados tanto com a definição dos princípios, o estabelecimento de prioridades, como uma organização de um plano de turismo. O primeiro aspecto diz respeito à necessidade de estabelecer um consenso para a elaboração das diretrizes/normas para a atividade turística, por meio da relação estratégica “das localidades ou empresas turísticas com o mercado que podem ser estabelecidas com base na matriz de produtos e mercados” (MOTA, 2003, p.24), podendo assim, caracterizar-se como um dos vieses responsáveis pelo desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, confirma-se ainda a importância do segundo aspecto, com vistas ao desenvolvimento local, expressando uma rede de relações e contextualizando ser inevitável o consenso para a estruturação dos princípios identificados para o planejamento do turismo. Encontra-se, assim, a essência do planejamento sistêmico, de forma clara, concisa, pois segundo Anjos (2004), o sistema turístico deve ser planejado, desde que respeite, sobretudo, os princípios identificados. Ao se planejar turisticamente uma localidade detentora de recursos para o turismo, torna-se indispensável, na visão do autor, a necessidade e o gerenciamento do processo, respeitando as complexidades existentes no planejamento do setor. Na sequência, em consideração aos objetivos estabelecidos na organização deste estudo, resulta no quarto pressuposto identificado na Oficina Pedagógica.

• **Sistema educacional de municípios**

De acordo com as proposições referentes ao sistema educacional de municípios, temos inicialmente as sugestões ao **poder público**, ao qual cabe o gerenciamento do turismo local, e, nesse caso específico, inicialmente tem-se a necessidade de conscientizá-lo sobre a importância e as vantagens do turismo para o município. Nessa exposição, é correto afirmar que educar turisticamente o setor público local em relação ao turismo significa reafirmar que essa educação “deve ser executada na forma de programas de conscientização turística que aproveitem diversas técnicas e

a mídia. É muito importante institucionalizar a consciência turística, incorporando-a ao currículo escolar” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003, p. 117).

Assim, mesmo que do ponto da necessidade em fazer com que o poder público reconheça a importância do que representa o turismo para a comunidade, mensura-se a tomada de decisões referente ao desenvolvimento de projetos nas escolas e na comunidade junto à câmara municipal. Em face do exposto, cabe-nos aqui retomar o pressuposto da temática legislação turística, já referida, conforme os critérios para a educação turística municipal, se verifica a responsabilidade do poder público com a elaboração dos programas e projetos a serem desenvolvidos, no sentido de viabilizar as diretrizes propostas para o desenvolvimento do turismo local.

No discurso de Salvati (2004), nos projetos, deve estar clara a responsabilidade dos órgãos da administração do local, e, ainda, da segmentação pertinente ao mercado e à sociedade. Para complementar a estruturação dos projetos, é necessário, conter duas etapas distintas: o cronograma e as ações a serem executadas.

Sendo assim, cabe à esfera municipal, já com a reflexão da legislação turística, responsabilizar-se pelos programas, bem como buscar recursos para projetos e manutenção deles. Segundo Bramwell (2001), os incentivos econômicos a serem investidos no desenvolvimento do turismo poderão ser eficientes pelo setor econômico, mediante a instrumentalização de políticas públicas para o fomento do turismo sustentável, desde que esteja estabelecido o valor de cada instrumento, com a mesma eficiência na conquista dos objetivos estabelecidos para a elaboração dos projetos que contemplarão o plano turístico estabelecido. De acordo com essa perspectiva, durante a elaboração do plano, manifestou-se de extrema necessidade, a melhoria da infraestrutura, medida ímpar no bom funcionamento dos serviços que serão disponibilizados na destinação turística.

Levando-se em consideração os programas sugeridos para a melhoria e expansão dos serviços, bem como ao incorporar-se o conhecimento da demanda real e potencial do turismo resultará no ponto de partida para a competência e a eficiência no uso dos recursos, pois os investimentos em infraestrutura local devem ser utilizados de maneira coerente e eficaz com as demais políticas setoriais correlacionadas para esse fim.

Assim, além do despertar da conscientização do poder público para a compreensão dos benefícios e vantagens do desenvolvimento turístico local, mediante uma participação efetiva da comunidade, fica assim evidenciada, nos pressupostos do sistema educacional, que, o poder público, ainda não possui larga experiência no setor turístico. Nessa prerrogativa, aponta-se que o mais evidente e necessário é o envolvimento da *comunidade*, pois quando se tem a consciência da importância de seu envolvimento com o planejamento do turismo local, ela será beneficiada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que, na busca da caracterização desses pressupostos, inicialmente analisaram-se as teorias relacionadas à temática da combinação da necessidade de educar turisticamente os atores sociais do local. Aqui, cabe-nos esclarecer que, com relação à educação turística, enfatizaram-se o poder público, a iniciativa privada, os moradores e estudantes do Ensino Fundamental.

Julga-se que, independente do nível de desenvolvimento econômico e social, é necessário educar turisticamente os atores sociais do local, pois se reconhece o papel desses sujeitos na sociedade. E, exemplificando essa afirmativa, pôde-se verificar no município de Bituruna – PR, que as professoras consideram ser indispensável desenvolver uma proposta para educar turisticamente os alunos desse nível de ensino, para que, em um futuro próximo, possam estar inseridos no desenvolvimento do turismo da localidade onde vivem. Ainda, evidencia-se que para a compreensão do sistema educacional, territorial e turístico de Bituruna – PR foi realizada com as professoras da Escola Municipal Paulo Roberto Geyer, sujeitos da pesquisa, uma oficina pedagógica grupal, visando despertar a conscientização turística no local. Cabe aqui, mencionar que, embora profícua a elaboração dos procedimentos metodológicos, utilizaram-se os aspectos positivos do turismo como fenômeno sociológico.

De outro lado, resultam desse procedimento as sugestões das diretrizes necessárias para a inserção da educação turística em Bituruna (PR). Isso possibilitou estruturar os pressupostos para a educação turística municipal como uma alternativa estratégica para o desenvolvimento turístico no local. Dessa forma, em análise ao quarto pressuposto, sistema educacional municipal, evidenciou-se, do ponto de vista das professoras do

Ensino Fundamental, ser necessária a adoção de estratégias relacionadas ao poder público, à comunidade e ao Ensino Fundamental, de 1ª a 4ª Séries.

No caso desta pesquisa, percebe-se que a educação turística poderá fazer com que os educandos, no Ensino Fundamental, reconheçam a importância que o turismo representa para o município, e, ainda, sejam defensores da preservação e conservação dos elementos necessários para que o turismo possa ser desenvolvido nos municípios com essa potencialidade. Deve-se, acima de tudo, requerer o envolvimento pleno do educador nesse processo, isso porque, na atualidade, ainda há de se planejar, tendo em vista ser a educação voltada para o turismo na comunidade um diferencial para a conquista da oferta do turismo local.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLO, A.; FAUSTINO, E. Educação, turismo e cultura. A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga. In: RODRIGUES, A. B. **Turismodesenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ANJOS, F. A. dos. Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos: uma proposta sistêmica. Florianópolis, 2004. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
- ANJOS, S. J. G.; ABREU, A. F. Gestão estratégica da informação na hotelaria: um diagnóstico de Santa Catarina. In: RUSCHMANN, D. M. SOLHA, K. T. (Orgs.). **Turismo: uma visão empresarial**. São Paulo: Manole, 2004.
- BENI, C. M. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003.
- BEZERRA, D. M. F. (Org.) **Planejamento e gestão em turismo**. São Paulo: Roca, 2003.
- BRAMWELL, B. Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. In: THEOBALD, W. F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001.
- CATRAMBY, T. C. V.; SÁ, H. C. G. Plano imperial: plano diretor de turismo de Petrópolis. In: BEZERRA, D. M. F. (Org.) **Planejamento e gestão em turismo**. São Paulo: Roca, 2003.
- COOPER, C.; SHEPHERD, R.; WESTLAKE, J. **Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade**. São Paulo: Roca, 2001.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. Educação ambiental em estudos do meio: a experiência da bioma educação ambiental. In: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000.
- GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- MOTA, K.C.N. Gestão estratégica da sazonalidade turística: transformando ameaças em oportunidades. In: BEZERRA, D. M. F. (Org.) **Planejamento e gestão em turismo**. São Paulo: Roca, 2003.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- REBELO, S. M. **Plano municipal de educação turística – P.M.E.T.: um modelo para municípios brasileiros de potencial turístico**. Salamanca, 1998.
- RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2003.
- SALVATI, S.S. (Org.). **Turismo responsável: manual para políticas públicas**. Brasília, 2004.
- SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio em cidades**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.